



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 16 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 16 de janeiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Brasileiro trabalha menos horas, aponta IBGE VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo voltará a estimular o crédito..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO Corte no gasto público vai afetar investimento..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO Tablet de US\$ 40 é o sucesso de 2012 na Índia VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Previdência de empresas cresce mais que individual VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO Indústria de média-alta tecnologia puxa déficit VEICULAÇÃO NACIONAL	9
O GLOBO Dilma corta à metade verbas da Segurança VEICULAÇÃO NACIONAL	11
O GLOBO Paulo Guedes / Coluna..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
BRASIL ECONÔMICO-SP Camex reduz imposto de importação de 105 produtos ligados a investimentos produtivos VEICULAÇÃO NACIONAL	14
BRASIL ECONÔMICO-SP Restrições têm por trás estratégia de atrair empresas VEICULAÇÃO NACIONAL	15
BRASIL ECONÔMICO-SP Emprego na indústria recua em novembro VEICULAÇÃO NACIONAL	16
BRASIL ECONÔMICO-SP Plano de carreira das estatais pode mudar VEICULAÇÃO NACIONAL	17
BRASIL ECONÔMICO-SP Assinatura de decreto que muda concessão de rádio e TV é adiada para esta semana VEICULAÇÃO NACIONAL	18
BRASIL ECONÔMICO-SP O homem forte de Cristina Kirchner VEICULAÇÃO NACIONAL	19
BRASIL ECONÔMICO-SP Crise europeia vai desacelerar crescimento do PIB de 2011 e deste ano, diz Ipea..... VEICULAÇÃO NACIONAL	22
BRASIL ECONÔMICO-SP Patriota vai a Cuba para preparar visita da presidente Dilma ao país caribenho..... VEICULAÇÃO NACIONAL	23

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Brasileiro trabalha menos horas, aponta IBGE	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Dados do Censo 2010 mostram que o percentual das pessoas que trabalham mais de 45 horas por semana no País caiu 44% para 28% em uma década. Em números absolutos, 5 milhões de brasileiros deixaram de trabalhar mais de 9 horas por dia. Ao mesmo tempo, cresceu de 3% para 8,3% a proporção de pessoas que trabalham menos de 14 horas por semana. A maior parcela da população tem jornada semanal que varia de 40 horas a 44 horas. A redução do tempo dedicado ao trabalho está ligada ao aumento real do salário do brasileiro e à formalização do **mercado**, o que ajuda a regular as horas extras. O Censo 2010 também mostra que o número de trabalhadores com mais de 60 anos subiu 65% desde 2000

Salário maior e mais empregos formais reduzem jornada de trabalho no País

De 2000 a 2010, 5 milhões de pessoas deixaram de trabalhar mais de 9 horas por dia; percentual caiu de 44% para 28%, segundo o IBGE

LUIZ GUILHERME GERBELLI, RODRIGO BURGARELLI - O Estado de S.Paulo

O brasileiro passa cada vez menos tempo no trabalho. Dados do Censo 2010 revelam que o percentual das pessoas que trabalham mais de 45 horas por semana caiu quase pela metade em uma década. Em 2000, 44% dos trabalhadores do País passavam mais tempo que isso no serviço, número que baixou para 28% em 2010. Isso significa que, em números absolutos, 5 milhões de pessoas deixaram de trabalhar mais de 9 horas por dia.

O número impressiona ainda mais quando se leva em conta que mais de 20 milhões de brasileiros - o equivalente a toda população da Grande São Paulo - ingressaram no **mercado** de trabalho nos últimos dez anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao mesmo tempo, cresceu a proporção de pessoas que trabalham menos de 14 horas por semana - o salto foi de 3% para 8,3% do total da população economicamente ativa, um ganho de 5 milhões de trabalhadores. A maior parcela da população tem uma jornada semanal que varia entre 40 horas e 44 horas.

A redução da jornada de trabalho nos últimos anos está diretamente ligada ao aumento real no salário do brasileiro - hoje, ganha-se mais por hora trabalhada que em 2000 - e também à formalização do **mercado** de trabalho. A porcentagem de trabalhadores com carteira assinada pulou de 36% para 44% entre 2000 e 2010 - na contramão, os funcionários sem carteira de trabalho caíram de 24% para 18%. "A formalização do trabalho regula a jornada de trabalho e a hora extra. A empresa ou o empregador vão evitar de pagar hora extra, portanto, vão reduzir a jornada para o que é oficial", diz Arnaldo Mazzei Nogueira, professor doutor da FEA-USP e PUC-SP.

Pizza. Isso aconteceu, por exemplo, com grande parte dos entregadores da pizzaria Dídio, da Lapa. A profissão era bastante informal no início da década, mas pouco a pouco mais vagas com carteira assinada foram surgindo. Hoje, na Dídio, todos os entregadores trabalham em horário definido, com direito a férias e 13.º. "Dá uma tranquilidade que eu não tinha alguns anos atrás, quando trabalhava em outra pizzaria, não tinha hora para sair e ainda ganhava menos que aqui", conta Eduardo Evangelista Nunes, de 50 anos.

No Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal, os trabalhadores com carteira assinada já são maioria da população. Mas alguns Estados ainda mantêm um baixo contingente de profissionais com carteira de trabalho. Um exemplo é o Maranhão, onde apenas 20,8% são registrados. "Ainda há um grande contingente de trabalhadores sem regulação e que pode estar trabalhando jornadas insuportáveis", lembra Nogueira.

Mulheres. O **mercado** de trabalho mais feminino, tendência da última década, também colaborou para reduzir a jornada. A diferença da participação entre homens e mulheres em postos de trabalho caiu de 20 pontos percentuais para apenas seis em dez anos. "As mulheres costumam trabalhar menos horas do que os homens e a inclusão delas deve ter reduzido a média de horas semanais", afirmou Regina Madalozzo, professora do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).


No Piauí, Paraíba e Ceará, a mão de obra feminina já supera a masculina. Os outros Estados do Nordeste também lideram a porcentagem de mulheres no **mercado**. "Isso ocorreu

por causa da melhora econômica da região, urbanização e expansão dos serviços e **comércio**", analisa Nogueira. O professor lembra que essa redução da diferença entre gêneros não reflete uma igualdade salarial. Levantamento de maio do ano passado, também do IBGE, mostrou que o salário médio da mulher é 20% menor que o do homem.

Qualificação. Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, outro fator que pode ter influenciado a redução da jornada de trabalho foi o aumento da quantidade de pessoas que divide o dia entre trabalho e estudos, de olho numa melhor qualificação. "Pode ser que

essas pessoas tenham diminuído um pouco a carga de trabalho para poder ter mais tempo de estudo."

A formalização e o aumento da idade média dos trabalhadores deverá se acentuar nas próximas décadas. A perspectiva do País de se tornar a quinta maior economia do mundo até 2015 deverá exigir, sobretudo, um aumento da capacitação dos trabalhadores. "A palavra mais **importante** nos próximos anos será capacitação. O País vai precisar de pessoas capacitadas e qualificadas", afirma Regina.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo voltará a estimular o crédito		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Novas medidas fazem parte da estratégia do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para atingir o crescimento de 4,5% do PIB em 2012

ADRIANA FERNANDES, LU AIKO OTTA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Com o crescimento econômico mais baixo do que o esperado em 2011, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já começou a traçar com sua equipe uma estratégia para acelerar a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 4,5% este ano, nível mínimo que cobra a presidente Dilma Rousseff.

Novas medidas voltadas para o estímulo ao crédito deverão ser acionadas mais uma vez para garantir um crescimento maior, sobretudo no segundo semestre deste ano.

Ainda tendo que lidar com fortes restrições no Orçamento, o governo também contará com as gigantes Petrobrás e Eletrobrás para ajudar no impulso do crescimento econômico. O presidente da estatal do setor elétrico, José da Costa Carvalho, por exemplo, anunciou que investirá R\$ 13,3 bilhões este ano, 48% a mais do que em 2011.

O economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, também vê nas estatais um bom espaço para o **Governo Federal** aquecer a atividade econômica.

"A Eletrobrás está com os programas em dia, a Petrobrás está um pouco atrasada, mas as duas têm projetos prontos e fornecedores preparados", avaliou. "É questão de começar."

Concessões de aeroportos e rodovias federais, que não ocorreram no primeiro ano do governo Dilma, agora deverão sair do papel e desencadear investimentos no setor privado, segundo apostam economistas do governo. Os aeroportos de Viracopos, Brasília e Guarulhos deverão ser leiloados no dia 6 de fevereiro. Na próxima quarta-feira, será leiloadada a concessão de um trecho da rodovia BR 101.

Entre os técnicos, há forte aposta também no setor da construção civil, animado pelo programa Minha Casa Minha Vida. Prejudicado em 2011 pela redefinição de critérios para as habitações, o programa deverá ganhar volume ao longo

deste ano e ajudar a acelerar o ritmo de atividade econômica.

BNDES. Nos Estados e municípios, o governo espera uma reação mais forte dos investimentos no primeiro semestre. No fim do ano passado, a Fazenda autorizou um grupo de governadores a tomar novos empréstimos, no total de R\$ 37 bilhões. São Paulo, por exemplo, ganhou um reforço de R\$ 7 bilhões.

Se houver necessidade, não está descartado um novo reforço de caixa do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) ao longo de 2012, além do empréstimo de R\$ 10 bilhões que já foi anunciado para ser liberado no início do ano. Assim, haverá mais recursos para as empresas que queiram expandir sua capacidade produtiva.

O governo conta também com o efeito dos cortes de juros iniciados pelo Banco Central (BC) em agosto do ano passado. Nesse caso, paradoxalmente, o melhor cenário para o governo é uma recuperação mais lenta da economia mundial. Isso evitaria o risco de alta dos preços das commodities, que teria impacto sobre a inflação. Com a Europa crescendo perto de zero, os Estados Unidos na casa de 2% e China e Índia desacelerando, serão maiores as chances de a inflação brasileira fechar o ano na casa de 5%.

O aumento de 14% no salário mínimo e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos eletrodomésticos, medidas anunciadas em 2011, também surtirão efeitos **importantes** principalmente no início do ano, quando a economia estará mais desaquecida.

Frustração. A presidente Dilma está extremamente preocupada com o risco de o crescimento de 2012 novamente frustrar o governo como ocorreu no ano passado. O BC prevê uma alta de 3,5% do **PIB** este ano e a avaliação no governo é de que há riscos concretos de um resultado mais baixo, se não houver uma coordenação efetiva e "tempestiva" para impulsionar a atividade e evitar que investimentos privados sejam adiados por causa da possibilidade de um crescimento mais lento.

As perspectivas para o crescimento e a inflação num mundo em crise foram o tema da reunião convocada na quarta-feira passada por Dilma, que forçou ministro da

Fazenda, Guido Mantega, a interromper um curto período de férias. Também participou da conversa o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Primeiro semestre. O governo trabalha com o cenário de um crescimento mais suave no primeiro semestre do ano. A expectativa é de que a taxa de juros possa cair para um patamar de 9,5% e, se possível, mais um pouco, para 9%. No segundo semestre, quando se espera uma parada da queda

dos juros, a economia já estaria em ritmo mais acelerado, garantindo também uma arrecadação mais forte.

Essa visão é compartilhada por economistas do setor privado. Relatório divulgado pelo banco Itaú, por exemplo, diz que a economia brasileira estará crescendo a um ritmo superior a 5% no segundo semestre de 2012.

Mas, como a primeira metade do ano será ainda fraca, a taxa anual ficará em 3,5%.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Corte no gasto público vai afetar investimento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar da preocupação do governo de impulsionar o PIB, gasto com investimento será reduzido, dizem técnicos

ADRIANA FERNANDES / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Os investimentos não vão escapar da tesoura no Orçamento de 2012. Apesar da preocupação da presidente Dilma Rousseff em assegurar os recursos, a área técnica do governo admite que os investimentos não ficarão incólumes diante de um corte de até R\$ 70 bilhões nas despesas do ano.

Esse é o valor necessário para que o setor público consiga cumprir a meta fiscal do ano: uma economia para o pagamento de juros da dívida equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A austeridade nas contas torna-se mais **importante** num momento em que a Europa atravessa uma crise por má gestão fiscal e até a França tem sua avaliação de risco rebaixada.

O desafio é conciliar um corte dessa magnitude com os gastos necessários para garantir uma taxa de crescimento acima de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Acelerar. A ordem para os administradores do caixa é minimizar os efeitos da contenção de recursos orçamentários sobre os investimentos. A ideia é começar o ano já acelerando, até porque a legislação eleitoral proíbe novos gastos a partir de julho.

O governo está tendo que lidar, segundo fontes ouvidas pelo Estado, com cerca de R\$ 8 bilhões de despesas obrigatórias que estão subestimadas.

Se optar em rever essas despesas para o patamar adequado, o corte teria que ficar entre R\$ 68 bilhões e R\$ 70 bilhões. Caso contrário, se o valor dessas despesas não for revisto agora, o contingenciamento poderá ficar em torno de R\$ 60 bilhões.

Além disso, a área econômica precisa cortar R\$ 25 bilhões de receitas que foram infladas pelo Congresso Nacional na aprovação da Lei Orçamentária.

Outros R\$ 10 bilhões de receitas líquidas também são alvo porque foram estimadas inicialmente pelo governo, mas as desonerações tributárias adotadas para alavancar a economia podem comprometer essa previsão.

Cortes. Será preciso cortar também mais R\$ 25,6 bilhões que representam as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que poderiam ser abatidas da meta fiscal.

Como o governo se comprometeu a fazer a meta "cheia", sem descontos, essas despesas precisam entrar na conta do contingenciamento.

Se quiser fazer um corte menor, de R\$ 60 bilhões, a alternativa é administrar as liberações de recursos ao longo do ano. A vantagem, nesse caso, é a preservação de um maior nível de investimento.

"O cumprimento da meta cheia é hoje incompatível com a realização dos investimentos previstos", admitiu uma fonte.

Em 2012, será mais difícil o corte das despesas com custeio, que estariam já no "osso".

Também não há margem adicional para contrair os gastos de pessoal, que já foram reduzidos, mesmo num ambiente de forte pressão de aumento salarial vinda dos servidores públicos, que ameaçam com greve geral.

Somente uma surpresa muito favorável em relação à arrecadação de receitas extraordinárias do **Governo Federal** poderá mudar o quadro atual de perspectiva dos investimentos para o ano de 2012.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tablet de US\$ 40 é o sucesso de 2012 na Índia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O aparelho mais bombástico de 2012 não vem da Apple. Vem da Índia. Trata-se do Akash, um tablet com o milagroso preço de US\$ 40 (R\$72 reais), que já é um sucesso. Do lançamento em outubro de 2011 até agora, 2 milhões de unidades foram vendidas.


O sucesso não veio só do preço: o design foi um dos fatores cruciais. O Akash foi projetado com base na realidade da Índia. Levou em conta desejos de consumidores da base da pirâmide social, que não têm dinheiro nem vêm utilidade em ter um iPad. Por exemplo, na Índia usar 3G é caríssimo.

O jeito foi fazer a conexão com um padrão 2,5G, disponível em celulares do país e bem mais barato. Para não perder a qualidade, o Akash usou uma ideia genial: um padrão de compressão que faz com que, mesmo a baixa velocidade, dê para ver filmes e ouvir músicas sem engasgar.

Outro detalhe: o Akash vem com porta USB comum, rara em outros tablets. A maioria dos indianos não tem computador, mas muitos têm pendrives que são carregados nas lan-houses com músicas e filmes.

O projeto surgiu de um concurso do governo para criar um tablet barato e foi vencido por uma "start-up" canadense (fundada por dois imigrantes indianos). A empresa trabalhou com o Instituto de Tecnologia da Índia, um centro de inovação criado para pensar produtos para a realidade tecnológica local.

O próximo passo do Akash é a **exportação**: a Tailândia já está na fila. Como a Índia, o **Brasil** poderia fazer também. É só pensar grande.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Previdência de empresas cresce mais que individual		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Contribuição extra do empregador atrai funcionário ao plano corporativo

As aplicações nos planos empresariais de previdência subiram 25% e somaram R\$ 5,8 bilhões de janeiro até novembro de 2011. A expansão ocorreu em ritmo mais rápido que a de planos individuais pela primeira vez desde 1998, quando estreou o modelo PGBL, que permite abater do Imposto de Renda.

Aumento do emprego formal e da renda e necessidade de retenção de funcionários explicam a tendência.

Previdência oferecida por empresa tem alta em 2011

Captação cresceu 25% até novembro, mais rápido que planos individuais

Formalização, renda maior e preocupação da empresa em reter funcionário contribuíram para alta

CAROLINA MATOS

de são paulo

As aplicações nos planos de previdência empresariais cresceram, em 2011, em ritmo maior que as feitas nos planos individuais.

É a primeira vez que isso acontece desde que o modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) começou a ser vendido no país, em 1998. Este plano é o que permite o abatimento no IR. Já o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) não prevê o desconto.

Segundo dados da Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida), a captação dos planos corporativos de janeiro a novembro de 2011 foi de R\$ 5,8 bilhões, 25,4% maior que no mesmo período de 2010.

O levantamento exclui os fundos fechados de pensão, como os das estatais.

Já a aplicação nos planos individuais, que não têm vínculo com empregadores, subiu 16,9% -percentual menor, embora o total investido nesses produtos seja bem mais alto, R\$ 39 bilhões.

"Pelos benefícios oferecidos aos funcionários, a tendência é que a captação desse tipo de plano, no longo

prazo, supere a dos individuais", diz Renato Russo, vice-presidente da Fenaprevi.

VANTAGENS

A principal vantagem do plano corporativo para o empregado é a contribuição extra da empresa. A política varia, mas, em geral, nos chamados "planos instituídos", a cada R\$ 100 depositados pelo funcionário, a empresa coloca a mesma quantia.

O limite de depósito é, em média, 5% do salário e o funcionário só se apropria da parte da companhia após dez anos de trabalho -uma forma de garantir o vínculo.

Há ainda os "planos averbados", que não preveem contrapartida da empresa.

Com o aumento do emprego formal, mais trabalhadores podem aplicar nesses planos. Além disso, com o aumento da renda, é possível encontrar uma folga para investir no longo prazo.

As principais seguradoras oferecem às empresas, além dos produtos de previdência, consultoria em educação financeira e programas de preparo do funcionário para a aposentadoria.


"Antes de começar a fase do recebimento do benefício, por exemplo, discutimos com a pessoa quais são os projetos para esse dinheiro", diz Wagner Soares Gomes, gerente comercial da Brasilprev.

Há diversas formas de recuperar o investimento: resgate total, renda vitalícia e renda com prazo determinado. Isso é definido em contrato e só pode ser alterado antes de o benefício começar.

Para Carolina de Molla, da SulAmérica, as corporações estão mais interessadas em dar orientação previdenciária aos seus funcionários.

Mas, na avaliação de Rogério Garber, da RGarber, a maioria das organizações ainda não tem um programa de pré-aposentadoria adequado. Além disso, o brasileiro desperta tarde para o assunto.

Para Lúcio Flávio de Oliveira, da Bradesco Previdência, a previdência corporativa deve crescer mais entre as companhias de menor porte.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria de média-alta tecnologia puxa déficit		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Comércio exterior

Saldo negativo entre as exportações e as importações cresceu 33% no setor, bem acima da média

Marta Watanabe

Historicamente deficitários na balança comercial, os segmentos que dependem mais da importação de tecnologia desenvolvida no exterior passaram a contribuir menos para a deterioração do saldo total de exportações e importações da indústria brasileira de transformação. Com saldo negativo de US\$ 29,98 bilhões em 2011, os setores de alta tecnologia registraram alta de 14,6% no déficit comercial, na comparação com o ano anterior. Quem mais contribuiu para o saldo negativo foi o segmento de média-alta tecnologia, cujo déficit cresceu 33,4% no mesmo período, atingindo US\$ 52,36 bilhões em 2011. O déficit total da indústria de transformação em 2011 foi de US\$ 48,74 bilhões.

Os cálculos da balança industrial de acordo com a intensidade tecnológica são do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi). Para Julio Gomes de Almeida, economista do ledi, os dados revelam que a origem do crescimento do déficit comercial da indústria não está mais concentrada na produção de alta tecnologia, na qual se destacam os segmentos de aeronáutica, informática, TV, comunicação e os farmacêuticos.

A maior deterioração da balança da indústria em 2011 foi provocada principalmente por setores de média-alta tecnologia - automóveis, produtos químicos, bens de capital mecânicos e elétricos -, além de segmentos tradicionais de baixa tecnologia, como têxtil, vestuário e calçados. O jogo é o mesmo, mas mudou a escalação, resume Almeida. O déficit comercial mantém a tendência de aumento, mas está sendo alimentado por setores com menor dependência tecnológica, explica. Isso significa que estão pesando mais a falta de competitividade e os custos dos fatores de produção.

O economista lembra que nos segmentos de alta tecnologia o fraco desempenho da exportação foi o fator que pesou mais para o saldo negativo. A indústria aeronáutica exportou no ano passado 0,5% a menos do que em 2010 e a indústria brasileira de áudio, vídeo e telecomunicações

amargou queda de 15,1% nos embarques. O total do segmento de alta tecnologia ficou com aumento de apenas 2,6% de exportação. As importações de alta tecnologia aumentaram 11,4%, bem abaixo da alta de 23,5% verificada no total da indústria de transformação.

No setor de média-alta tecnologia, porém, houve uma dinâmica diferente. As importações cresceram em ritmo acima da média, com alta de 25,9%. Nos segmentos de automóveis e produtos químicos (exceto farmacêuticos), por exemplo, as exportações também tiveram alta, mas em grande descompasso com o ritmo mais acelerado das importações. A indústria de automóveis exportou no ano passado 15,7% a mais do que em 2010, mas as importações cresceram 29,1% no mesmo período.


Em média-alta tecnologia estão segmentos que foram muito dinâmicos no período recente da economia brasileira, diz Almeida. O descompasso entre embarques e desembarques é um sinal do avanço das importações na economia do país, acredita. Apesar do dinamismo no mercado interno, lembra, são setores que aproveitaram parcialmente o crescimento econômico porque houve maior concorrência com os importados.

Silvio Campos Neto, economista da Tendências, acredita que a elevação de importados nesses segmentos não está restrita a bens finais, mas também à troca de insumos nacionais pelos adquiridos de fornecedores externos. O câmbio ainda foi favorável às importações e permitiu à indústria nacional melhorar sua competitividade com a compra de matéria-prima a preços mais baixos. A maior concorrência com os importados ficou evidente no setor de veículos, o que resultou no aumento de imposto para os importados, diz, referindo-se ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja alíquota aumentou em 30 pontos percentuais para carros comprados do exterior.

A expansão dos importados foi permitida pela expansão da classe média, que aumentou a demanda doméstica, diz Welber Barral, sócio da M Jorge Consultores. A indústria nacional, porém, não conseguiu aproveitar esse crescimento para ganhar mercado.

No segmento de máquinas e bens de capital, diz Barral, há também um problema de falta de oferta nacional. Máquinas e equipamentos para a indústria de petróleo e gás, por exemplo, são **importados** simplesmente porque o **Brasil** não produz, explica. Em outros segmentos, há, porém, a questão de competitividade. A indústria do setor sofreu com o aumento de custos de **produção** local. Insumos como aço e eletricidade ficaram bem mais caros. Além disso, a indústria brasileira muitas vezes não é capaz de concorrer com a **importação** sustentada por mecanismos de financiamento externo, com juros muito baixos, acrescenta.

O que mais chama a atenção, diz Barral, são os segmentos que até pouco tempo contribuíram com superávit, viraram o sinal e agora vêm aprofundando o déficit. Além de automóveis, são exemplos os segmentos de têxteis, couros e calçados. De acordo com o levantamento do IEDI, essas três atividades tiveram déficit de US\$ 1,5 bilhão em 2011. No ano passado, o saldo devedor foi de US\$ 215 milhões, mas em 2009 esses segmentos ainda geravam superávit, de US\$ 354 milhões. Nesses setores de mão de obra intensiva, pesou o custo com salários.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma corta à metade verbas da Segurança		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em seu primeiro ano de governo, a presidente Dilma Rousseff cortou R\$ 1,03 bilhão da verba prevista para o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), metade dos R\$ 2,09 bilhões previstos no orçamento de 2011. A medida contraria a promessa de ampliar a colaboração com estados e municípios nessa área, feita por Dilma durante a campanha eleitoral de 2010. Com o corte, alguns programas nem começaram – como a construção de postos de polícia comunitária, que deveria ter recebido R\$ 350 milhões mas ficou sem um centavo. A modernização de prisões, que deveria ter recebido R\$ 20 milhões, também ficou no papel. E o Bolsa Formação, destinado a qualificar policiais, recebeu metade do prometido

Tesourada de R\$1 bilhão

Programa de Segurança Pública sofre corte de verbas e ações no país ficam prejudicadas

Fábio Fabrini

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) sofreu, no primeiro ano do governo Dilma Rousseff, o maior corte de recursos desde a sua criação, no fim de 2007. Dos R\$2,094 bilhões autorizados para 2011 só a metade foi paga nos diversos projetos previstos pelo **Ministério** da Justiça, contrariando o discurso de campanha de ampliar a colaboração com estados e municípios nessa área. A tesourada foi de R\$1,036 bilhão, impactando as ações **Brasil** afora.

Nos últimos quatro anos, a execução orçamentária média do programa foi de 63%. Com os cortes do ano passado, o valor deixado no cofre alcança R\$2,3 bilhões. Ações alardeadas nos palanques eleitorais em 2010 não mereceram nenhum centavo no ano de estreia de Dilma, a exemplo da construção de postos de polícia comunitária com R\$350 milhões previstos. Para a modernização de estabelecimentos penais, foram prometidos outros R\$20 milhões, mas nada foi pago. Os dados são do Sistema Integrado de Administração Financeira do **Governo Federal** (Siafi).

Quase 40% do valor desembolsado no ano passado (R\$1,058 bilhão) foram de restos a pagar, ou seja, compromissos firmados em exercícios anteriores.

O ajuste fiscal do governo Dilma também atingiu uma das principais políticas do Pronasci, a Bolsa Formação, que paga auxílio a policiais e outros profissionais de Segurança matriculados em cursos de qualificação. O governo nunca gastou menos que 86% do autorizado para esse fim. Em 2011, só 49% da verba prometida foram pagos. Mesmo assim, a Bolsa Formação ainda responde por mais da metade do valor aplicado no Pronasci (R\$572 milhões).

Discursos diferentes para a mesma área

Para o professor Gláucio Soares, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), os dados evidenciam a falta de comprometimento federal com a Segurança Pública.

- A prioridade expressa nos gastos não corresponde à expressa no discurso e nas pesquisas de opinião, que apontam a Segurança Pública como área fundamental - afirma o professor.

Ele acrescenta que tem sido mais fácil cortar verbas da Segurança Pública do que, por exemplo, das áreas militares.

Procurado, o **Ministério** da Justiça informou, em nota, que, considerando o ajuste fiscal anunciado no início de 2011, o limite orçamentário do Pronasci era, na prática, de R\$775 milhões, sendo que, desse total, R\$771 milhões foram executados.

Governo promete aprimorar projeto

O **Ministério** explicou que a Política Nacional de Segurança Pública, que inclui o Pronasci, está em fase de aprimoramento da gestão. Um dos objetivos seria a criação de mais mecanismos para avaliá-la que não só a execução orçamentária. Um anteprojeto de lei enviado ao Congresso prevê a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp).

"O sistema vai suprir a ausência de um mecanismo oficial de estatística capaz de compilar e fornecer dados e informações precisos sobre a situação da Segurança Pública

no país. Os estados irão assinar pactuação com a União e, se não fornecerem dados, terão suspensos os repasses de verbas

federais", diz trecho da nota do **Ministério** da Justiça.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Paulo Guedes / Coluna		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Reforma ministerial

Aperspectiva de uma iminente reforma ministerial agita nossos meios políticos. A presidente estaria apenas se libertando de um Ministério herdado, fruto de acordos políticos que teriam desembocado em sua eleição? Ou seria uma acomodação dos situacionistas nas trincheiras do aparelho de Estado, preparando-se para a batalha eleitoral que se aproxima? Haveria outro significado, um olhar com horizontes mais longos, em busca de maior eficiência administrativa?

Ora, para que uma reforma ministerial possa transcender meros interesses políticos de curto prazo, precisa estar associada a mudanças na própria estrutura administrativa do Estado. São exatamente os horizontes mais longos sob consideração e o maior alcance dessas mudanças nos fundamentos da administração pública que dão maior significado às reformas ministeriais.

Mas não há quaisquer expectativas de mudanças estruturais à frente. Seguimos com a centralização burocrática herdada do regime militar. A mesma concentração de poder político e recursos financeiros no Governo Federal. Essa mesma tradição francesa de centralização administrativa que se tornou a herança maldita do antigo regime monarquista

aos revolucionários de 1789 e aos bonapartistas que lhes sucederam.

A essa engrenagem monolítica, essa concentração de poder e recursos, Alexis de Tocqueville atribui, em seu clássico "O Antigo Regime e a Revolução" (1856), a degeneração dos mais nobres ideais revolucionários. Da democracia ao terror jacobino. Da fraternidade ao genocídio das guerras napoleônicas. A descentralização administrativa e o menor peso político do governo central teriam, por outro lado, evitado esse processo degenerativo nos Estados Unidos, diagnosticava Tocqueville em seu outro clássico, "Democracia na América" (1835).

São reflexões oportunas às vésperas de uma reforma ministerial. A descentralização é uma exigência da democracia emergente. Os estados e municípios são os novos eixos para a modernização administrativa e a descentralização operacional do Estado brasileiro.


Ainda teremos uma reforma ministerial de significado histórico, associada de um lado a uma reforma fiscal descentralizando recursos públicos e atribuições para estados e municípios e, de outro, a uma reforma administrativa no Governo Federal, reduzindo o número de Ministérios, mas aumentando a qualidade e a eficiência das políticas públicas.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Camex reduz imposto de <u>importação</u> de 105 produtos ligados a investimentos produtivos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Comércio exterior

A Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) reduziu para 2% a alíquota do imposto de **importação** incidente sobre 105 produtos. A medida, que vale para itens sem **produção** nacional vinculados a investimentos produtivos no país, vigora

até o fim de 2012. Quando não constam na lista de exceção, os impostos de **importação** para bens de capital são de 14% e para bens de informática e telecomunicação, de 16%. ABr

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Restrições têm por trás estratégia de atrair empresas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Objetivo pode ser trocar importações por produção no solo argentino e depois exportar

Cristina Ribeiro de Carvalho

As restrições argentinas às importações de bens de consumo de países como o Brasil podem ser parte de uma estratégia para obrigar que as empresas que hoje exportam para o mercado local estabeleçam plantas em seu território. "Há uma tentativa de atrair empresas brasileiras, visando reduzir essas importações e ampliar exportações a partir do solo argentino", diz Paulo Tigre, presidente do Conselho de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para o representante da indústria brasileira, trata-se de uma medida política, que tem como principal objetivo resolver problemas internos a despeito dos problemas externos que pode causar. "São restrições que acabam por tirar nosso grau de competitividade", diz.

Na semana passada, a Receita Federal da Argentina baixou uma norma que obriga os importadores a apresentar declaração formal e antecipada com a programação de compras de bens de consumo no exterior. Com isso, o governo quer ter o direito de escolher o que os importadores argentinos podem ou não encomendar de outros países. E o Brasil é um dos mais prejudicados, pois atualmente 25% de todo o comércio argentino é feito com o país.

Para Tigre, da CNI, essa é uma questão que vem se agravando e gerando discussões, principalmente para os fabricantes de produtos dos setores têxtil e de calçados, além da chamada linha branca - geladeiras e máquinas de lavar. De acordo com levantamento do Brasil ECONÔMICO, nos

últimos 10 anos, as exportações brasileiras de produtos manufaturados para a Argentina cresceram mais de 900%.


Lia Valls, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) diz que as restrições impostas pela Argentina aos produtos industrializados-emespecial os brasileiros - nunca são boas, pois acabam por interferir na relação comercial entre os dois países. "O que vemos com isso é que o Mercosul não tem criado oportunidades para os negócios entre seus países e assim a Argentina quer incrementar seus produtos industriais. Eles precisam consolidar sua produção industrial", diz.

E esse é um contexto que forçará o Brasil a seguir tomando posições mais enérgicas na hora de discutir novas parcerias para o bloco.

Para o conselheiro da Câmara de Comércio Argentino Brasileiro, Roberto Luis Troster, problemas como esses surgem por conta do processo de integração econômica, que acaba gerando mais dificuldades. "A Argentina está andando para trás em seu processo de política econômica. E essas medidas obrigarão o Brasil a impor também algumas barreiras", diz.

"A Argentina está andando para trás em seu processo de política econômica. E as restrições obrigarão o Brasil a impor também algumas barreiras

Roberto Luis Troster

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Emprego na indústria recua em novembro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O nível do emprego industrial no Brasil diminuiu 0,1% em novembro de 2011 em relação a outubro.

Na comparação com novembro de 2010, a retração foi de 0,5%, segunda queda anual consecutiva e a mais intensa desde janeiro de 2010. Os dados foram divulgados na sexta-feira (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

"Você não tem um reflexo direto, tão rápido entre o crescimento da produção e o emprego e, mais do que isso, houve um acréscimo na margem da produção industrial. Mas permanece o cenário de menor dinamismo da produção, o cenário ainda é de desaceleração", afirmou o economista do IBGE, André Macedo. "Foi uma taxa menos negativa para o emprego em novembro, mas em linhas gerais, uma sequência de três taxas negativas mostra um mercado de trabalho menos favorável", acrescentou.

Com a queda de novembro, o índice de média móvel trimestral passou a mostrar variação negativa de 0,3% frente ao patamar do trimestre encerrado em outubro, após ficar praticamente estável desde o final de 2010.

No acumulado dos últimos doze meses, o emprego industrial registrou expansão de 1,3% em novembro. Nos onze primeiros meses do ano passado, o emprego no setor avançou 1,1%, mas em ritmo menor que nos meses anteriores.

Já o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria caiu 0,2% em relação a outubro, terceira queda consecutiva, com perda de acumulada de 2%. ■ Reuters

O número de horas pagas caiu 0,2% em relação a outubro, terceira queda consecutiva, com perda acumulada de 2% até novembro de 2011




VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Plano de carreira das estatais pode mudar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A Câmara dos Deputados analisa proposta que suspende a resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), que autoriza dirigentes de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras empresas direta ou indiretamente controladas pela União a

alterarem os próprios regulamentos internos e planos de cargos e salários.

O objetivo da resolução 9/96 seria limitar ou excluir alguns tipos de vantagens e benefícios existentes nessas instituições.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Assinatura de decreto que muda concessão de rádio e TV é adiada para esta semana		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A assinatura do decreto que muda o modelo de concessão de emissoras de rádio e TV, que estava prevista para sexta-feira (13), ficou para esta semana, porque a presidente Dilma Rousseff pediu alterações no texto.

Além de alterar o procedimento para concessões, o decreto contém nomeações para a vice-presidência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e para vagas no conselho do órgão.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO O homem forte de Cristina Kirchner		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Guillermo Moreno é quem está por trás das medidas protecionistas da Argentina

Gustavo Machado

Diz o ditado que por trás de todo grande homem, existe uma grande mulher. Mas quando o assunto é a Argentina, a regra vira exceção.

Por lá, é um homem, Mario Guillermo Moreno, quem garante o sucesso da presidente Cristina Kirchner. Desconhecido até mesmo pela população argentina, Moreno é o secretário de **comércio** e o grande responsável pelas metas comerciais mais **importantes** do país. E não faltam adjetivos para definir sua personalidade. Um nacionalista. Um soldado. Um peronista clássico. É desta forma que analistas veem Moreno, cuja missão é alcançar um superávit comercial de, no mínimo, US\$ 11 bilhões em 2012 - a despeito da crise internacional, que prejudica as **exportações**.

Por trás de tal meta, há um problema maior: os juros da dívida pública, que precisam ser pagos justamente com os **dólares** do saldo comercial. A rolagem da dívida bruta argentina, atualmente em US\$ 175 bilhões, e que representa 42,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), custa US\$ 15 bilhões por ano.

Impossibilitado de mexer nas reservas internacionais - hoje em US\$ 46,4 bilhões - o secretário só pode contar com o saldo da balança comercial. E para atingir esse objetivo, Moreno, que é morador de um bairro humilde de Buenos Aires e dono de uma loja de ferragens, não enxerga outra alternativa que não seja tentar frear as **importações**, já que a crise atinge principalmente os **mercados** compradores de commodities e produtos industrializados da Argentina. "Ele é conhecido pela lealdade absoluta. Se possui uma meta, trabalhará para cumpri-la. Ele é o cara forte do governo. O problema é que possui uma visão desenvolvimentista como a dos anos 1960 e 1970. Ele pensa em **comércio** administrado, visando a concorrência da indústria nacional. Com a força que ele possui agora, tentará impor barreiras **importantes**", diz o economista Juan Soldano.

Protecionismo

A última medida expedida pelo governo tenta barrar o ingresso de bens de consumo, que correspondem a 10,7% das **importações** argentinas. Desde a última terça-feira (10), uma resolução da Administração Federal de Ingressos Públicos (AFIP), a Receita Federal da Argentina, obriga **importadores** a apresentar Declaração Jurada Antecipada de **importação** antes de comprar bens de consumo no exterior. Na prática, o governo argentino se dá o direito de escolher o que pode ou não ser **importado**. E, claro, o **Brasil** perderá com a medida, já que é responsável por 30,8% de tudo o que a Argentina compra no exterior.

As articulações do secretário ganharam força há dois anos. "Ele já era forte no governo de Néstor Kirchner. Mas hoje, tem mais força que os ministros da Economia (Hernán Lorenzino) e da indústria (Débora Giorgi). Ele tem poder de convencimento muito grande", diz Soldano.

Moreno está por trás das restrições de calçados, produtos têxteis, linha branca, entre outros, todas impostas em 2011. "O problema é que ele é tão nacionalista, que não pensa nas consequências. Há meio ano, quando o **Brasil** barrou os carros na fronteira, já foi um problema enorme. Se a presidente (Dilma Rousseff) e o Fernando **Pimentel** (ministro de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior) forcingem a barra, a relação ficará muito desgastada. O problema só tende a aumentar", afirma Soldano.

Para Ricardo Delgado, diretor da Analytica Consultora, Moreno pode ser considerado um "carregador de piano" do governo argentino.

"Ele está lá para fazer o trabalho sujo. Mexer com temas delicados", diz.

A relevância do secretário na Casa Rosada aumentou quando por causa da inflação crescente, Moreno entrevistou no Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), o IBGE argentino para "remediar" e amenizar o aumento de preços. Em janeiro de 2007, ele também chegou a operar em **mercados** primários, principalmente com carnes, trigo e milho, para controlar a alta de preços.

Tido como incorruptível, Moreno agora possui a meta de vencer a crise e inverter o saldo comercial com diversos

países, entre eles o Brasil. “A tendência é que o protecionismo aumente cada vez mais. O resultado? Daqui para frente, o atrito entre **Brasil** e Argentina será muito mais significativo”, alerta Juan Soldano.

Restrições têm por trás estratégia de atrair empresas

Objetivo pode ser trocar **importações** por **produção** no solo argentino e depois **exportar**

Cristina Ribeiro de Carvalho

As restrições argentinas às **importações** de bens de consumo de países como o **Brasil** podem ser parte de uma estratégia para obrigar que as empresas que hoje **exportam** para o **mercado** local estabeleçam plantas em seu território. “Há uma tentativa de atrair empresas brasileiras, visando reduzir essas **importações** e ampliar **exportações** a partir do solo argentino”, diz Paulo Tigre, presidente do Conselho de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para o representante da indústria brasileira, trata-se de uma medida política, que tem como principal objetivo resolver problemas internos a despeito dos problemas externos que pode causar. “São restrições que acabam por tirar nosso grau de competitividade”, diz.

Na semana passada, a Receita Federal da Argentina baixou uma norma que obriga os **importadores** a apresentar declaração formal e antecipada com a programação de compras de bens de consumo no exterior. Com isso, o governo quer ter o direito de escolher o que os **importadores** argentinos podem ou não encomendar de outros países.

E o **Brasil** é um dos mais prejudicados, pois atualmente 25% de todo o **comércio** argentino é feito com o país.

Para Tigre, da CNI, essa é uma questão que vem se agravando e gerando discussões, principalmente para os fabricantes de produtos dos setores têxtil e de calçados, além da chamada linha branca — geladeiras e máquinas de lavar.

De acordo com levantamento do **Brasil** ECONÔMICO, nos últimos 10 anos, as **exportações** brasileiras de produtos manufaturados para a Argentina cresceram mais de 900%.

Lia Valls, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) diz que as restrições impostas pela Argentina aos produtos industrializados — em especial os brasileiros — nunca são boas, pois acabam por interferir na relação comercial entre os dois países. “O que vemos com isso é que o **Mercosul** não tem criado oportunidades para os negócios entre seus países e assim a Argentina quer incrementar seus produtos

industriais. Eles precisam consolidar sua **produção** industrial”, diz.

E esse é um contexto que forçará o **Brasil** a seguir tomando posições mais enérgicas na hora de discutir novas parcerias para o bloco.

Para o conselheiro da Câmara de **Comércio** Argentino Brasileiro, Roberto Luis Troster, problemas como esses surgem por conta do processo de integração econômica, que acaba gerando mais dificuldades. “A Argentina está andando para trás em seu processo de política econômica. E essas medidas obrigarão o **Brasil** a impor também algumas barreiras”, diz.

Mais um capítulo de uma história de conflitos sem fim

Disputas comerciais sempre marcaram a relação entre **Brasil** e Argentina. E assim continuará.

Elaine Cotta

Terceiro maior parceiro comercial do Brasil, depois da China e dos Estados Unidos, a Argentina parece sempre estar a um passo de pisar no calcanhar do governo — e mais ainda do setor industrial brasileiro.

As barreiras impostas às **importações** de bens industrializados na semana passada — e que afetam o **Brasil** em especial — fazem parte de mais um capítulo da novela de uma relação que vive de altos e baixos.

A Argentina, apesar de estar em terceiro lugar no ranking de parceiros comerciais, é o melhor **mercado** quando se olha para a qualidade do produto que o **Brasil** vende ao exterior. São eles — o principal **mercado** entre os parceiros do **Mercosul** — que mais compram bens industriais brasileiros — e nessa conta entram desde sapatos e roupas até máquinas de lavar, televisores e geladeiras. E é por isso que toda vez que a Argentina cria uma nova barreira, a indústria nacional inicia gritaria generalizada. “Barreira argentina é retrocesso para o **Mercosul**”, informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) na última sexta-feira.

Mas, do lado de lá, a recíproca é semelhante. No ano passado, quando o **Brasil** suspendeu a emissão de licenças automáticas para **importação** de automóveis e autopeças — um dos produtos que a Argentina mais **exporta** para o **mercado** brasileiro — houve choradeira do lado de lá e fila de caminhões brasileiros para conseguir passar pela fronteira do **Brasil** com a Argentina (uma represália direta imposta pelo governo vizinho). A solução para o impasse no setor automotivo veio meses depois, ao custo de troca de farpas

entre ministros de ambos os lados e de diversos arranhões diplomáticos.

E o mesmo deve ocorrer com as restrições da semana passada.

Afinal, a história se repete. E essa realidade é ainda mais premente quando se trata da relação comercial entre **Brasil** e Argentina.

Foi assim na semana passada, no ano passado e nos últimos 10 anos, sem exceção.

Não é exclusividade da gestão da presidente Dilma Rousseff.

E nem de Cristina Kirchner.



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Crise europeia vai desacelerar crescimento do PIB de 2011 e deste ano, diz Ipea		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A alto do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro de 2011 deve ficar bem abaixo dos 7,5% do ano anterior, segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Entre os motivos está o contágio da crise europeia. “A expansão os últimos cinco trimestres se reduziu para 0,6%,

aumentando o contraste em relação ao desempenho no período que marcou a recuperação da economia após a crise de 2008.”



VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
TÍTULO Patriota vai a Cuba para preparar visita da presidente Dilma ao país caribenho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, estará em Cuba entre hoje e amanhã para preparar a visita da presidente Dilma Rousseff, que irá ao país no dia 31.

O ministro vai se reunir com o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, para tratar de temas como a cooperação técnica e

científica em áreas como saúde, agricultura e integração **regional**, além do projeto de construção do porto de Mariel.